

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.420 - MG (2019/0158786-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : MARILENE PAULINO DA COSTA
ADVOGADOS : JOSÉ CESAR PALACINI DOS SANTOS - MG056498
JOÃO LUIZ ANDRADE PONTES - MG049332
EUGÊNIA MICAELA NAJARRO SILVA - MG093307

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FUNRURAL). EMPREGADOR RURAL PESSOA NATURAL. INCIDÊNCIA SOBRE A RECEITA BRUTA DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL. LEI Nº 10.256/2001. CONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTE DO STF.

1. O egrégio Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 596177, sob o rito do art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973 (Repercussão Geral), declarou inconstitucional a alteração da Lei n.º 8.212/1991 pela Lei n.º 8.540/1992, por ofensa formal (necessidade de Lei Complementar para tratar da matéria).
2. Em decisão proferida pelo eminente relator Min. Ricardo Lewandowski, em embargos de declaração opostos pela UNIÃO, nos autos do RE 596177, acima mencionado, restou explicitado que: 'a discussão do tema com enfoque na Lei 10.256/2001 teve sua repercussão geral reconhecida nos autos do RE 718.874/RS, de minha relatoria. Assim, o julgamento desse feito será a oportunidade adequada para o enfrentamento da matéria'.
3. Sobre o tema o egrégio Supremo Tribunal Federal, em julgamento sob o rito do art. 543-B do Código de Processo Civil de 1973 (Repercussão Geral), nos autos do RE 718874/RS, em 30/03/2017, declarou que: 'É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção'.
4. Assim, o egrégio STF reconheceu que a Lei nº 10.256/2001 afastou

a inconstitucionalidade da exação questionada, vez que foi editada posteriormente à Emenda Constitucional n. 20/98, que deu nova redação ao inciso I do art. 195 da Constituição Federal.

5. Remessa oficial e apelação providas" (fl. 205e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DO ART. 1.022 DO NCPC AUSENTES. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FUNRURAL). EMPREGADOR RURAL PESSOA NATURAL. INCIDÊNCIA SOBRE A RECEITA BRUTA DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A robustez na fundamentação do acórdão embargado dispensa maiores digressões, na medida em que explicita à exaustão suas razões, analisando a presente causa com a profundidade e a pertinência exigidas em uma Corte de Apelação (conforme relatório, voto e ementa que 'per relationem' passam a integrar a fundamentação deste julgado).

2. Inexistência de omissão, obscuridade e/ou contradição no acórdão embargado (NCPC, art.1.022).

3. O dever de fundamentação das decisões judiciais, que consta expressamente do texto constitucional (CF, art. 93, inciso IX), não impõe ao magistrado a obrigação de utilizar-se dos fundamentos que as partes entendem ser os mais adequados. Basta que a fundamentação apresentada tenha sido suficientemente utilizada no deslinde da questão para que a norma constitucional seja observada em sua integralidade.

4.'[...] 1. Descabe, em sede de embargos de declaração, a rediscussão de matéria meritória, exaustivamente analisada pelo acórdão embargado. [...] 3. Embargos de declaração rejeitados [...]'. (EDRESP 200900458330 EDRESP - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - 1127913 Relator(a) LUIS FELIPE SALOMÃO Órgão julgador QUARTA TURMA Fonte DJE DATA:04/02/2013).

5. Embargos de declaração não providos" (fl. 216e).

Nas razões do Recurso Especial, parte recorrente aponta violação aos arts. 1.022 e 85, §'3º e § 4º, incisos II e III, ambos do CPC/2015, argumentando o seguinte:

"DA NULIDADE DO R. ACÓRDÃO E DA CONTRARIEDADE AO ART. 1.022

Na hipótese vertente, a União (Fazenda Nacional) opôs embargos de declaração para o fim de ver sanadas omissões quanto a dispositivos de lei federal e questões relevantes ao deslinde da controvérsia, sobretudo no tocante aos incisos II e III do § 4º do art. 85 do CPC, que preveem a necessidade de se fixar a verba honorária com base no valor da causa nas hipóteses em que não houve condenação.

Ressaltou-se que não se poderia postergar a cominação dos honorários para 'momento oportuno' com base no art. 85, § 4º, II, do CPC, visto que não haverá fase de liquidação, pois foi julgado improcedente o pedido autoral.

O v. acórdão proferido no julgamento dos declaratórios, entretanto, entendeu inexistirem as máculas indicadas quanto aos preceitos legais que regem a espécie, aduzindo que não se vislumbra hipótese de cabimento do recurso em tela.

Nada se falou a respeito da demonstrada impossibilidade de se aplicar o inciso II do § 4º do art. 85 do CPC ao caso concreto.

Decerto que as questões não enfrentadas pelo Tribunal são imprescindíveis à solução da controvérsia, uma vez que têm o condão de inverter o julgamento da causa em favor da União.

Portanto, ao rejeitar os embargos opostos, não se pronunciando sobre os temas federais suscitados pela União, o eg. Tribunal Regional Federal procedeu em clara afronta ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015.

Vê-se, pois, que se a decisão regional, malgrado o exaurimento de todos os esforços despendidos pela parte para o fim de ver a matéria apreciada, se quedou silente, deixando de prestar a jurisdição devida e reclamada.

Diante disso, mostra-se cabível o presente recurso especial ante a violação dos citados dispositivos, para que seja determinado o retorno dos autos ao Tribunal a quo, a fim de que reaprecie os embargos declaratórios opostos, manifestando-se acerca dos temas indicados.

VIOLAÇÃO DO ART. 85, §3º, II e 4º, III, DO CPC

Caso seja superado o óbice acima exposto, entendendo esse eg. Tribunal pela suficiente manifestação da Corte de origem a respeito do tema em debate, passa-se a demonstrar o desacerto do acórdão quanto ao mérito da controvérsia.

Trata-se de acórdão que, dando provimento à apelação da União (Fazenda Nacional), consignou quanto à condenação do sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios:

'Os honorários advocatícios devem guardar observância aos princípios da razoabilidade e da equidade, razão pela qual devem ser fixados considerando-se o previsto nos incisos I a V do § 3º c/c o inciso I do § 4º do art. 85 do NCPC, cujo montante deverá ser apurado no momento processual oportuno'.

Vê-se, portanto, que entendeu o Tribunal de origem pela incidência do art. 85, § 4º, II, do NCPC, ao caso concreto, para que o montante a título de honorários seja apurado no momento processual oportuno. Confira-se o que diz o referido dispositivo legal:

(...)

Ocorre, porém, que o inciso II do § 4º do art. 85 do NCPC é aplicável quando houver condenação principal no processo, o que não foi o caso dos presentes autos, onde o autor restou sucumbente. Nessa hipótese, incide o inciso III do referido §4º (a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa), já que não houve condenação principal e não é possível mensurar o proveito econômico obtido.

Conclui-se, data vênia, que o v. acórdão recorrido violou o art. 85, § 4º, II e III, do NCPC, visto que não cominou desde logo a verba honorária, não se atentando para o fato de que não houve condenação principal no processo, de modo que não se promoverá a liquidação da sentença.

Outrossim, estando parametrizado o valor a ser tomado como base para a condenação honorária (valor da causa), ofendeu-se, ainda, o § 3º, II do mesmo art. 85 do NCPC:

(...)

Destarte, merece reparos o v. julgado, a fim de se afastar a contrariedade aos dispositivos mencionados" (fls. 220/222e).

Requer, ao final, o "provimento do recurso especial, a fim de que: a) seja anulado o acórdão recorrido, relativamente às omissões destacadas pela recorrente, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento do feito; b) sucessivamente, considerando-se que os demais temas estão em condição de exame, se reforme o v. julgado, para se afastar a ofensa aos dispositivos infraconstitucionais, como acima explicitado." (fl. 223e).

Sem contrarrazões, a irresignação foi admitida, na origem (fls. 227/228e).

O recurso merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade do Funrural, cumulada com pedido de antecipação dos efeitos da tutela e repetição de indébito,

ajuizada por Marilene Paulino da Costa, em face da Fazenda Nacional, a qual foi julgada procedente pelo Juízo **a quo** (fls. 173/176e).

A Fazenda apelou da Sentença e o Tribunal de origem deu provimento à apelação, a fim de "reconhecer a exigibilidade da contribuição social incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural - FUNRURAL do autor, após a edição da Lei nº 10.256/2001" (fl. 203e).

Em relação aos honorários, asseverou que devem "guardar observância aos princípios da razoabilidade e da equidade, considerando-se o previsto nos incisos I a V do § 3º c/c o inciso II do § 4º do art. 85 do NCPC, cujo montante deverá ser apurado no momento processual oportuno" (fl. 203e).

Em sequência, a parte recorrente opôs Embargos de Declaração (fls. 208/211e), a fim de sanar as omissões existentes, alegando que:

"Vê-se, portanto, que entendeu o i. Desembargador Relator pela incidência do art. 85, §4º, inciso II, do NCPC, ao caso concreto, para que o montante a título de honorários seja apurado no momento processual oportuno. Vejamos o que diz o referido dispositivo legal:

(...)

Ora, o inciso II do § 4º do art. 85 do NCPC, é aplicável quando ilíquida a sentença, ou seja, quando não estiver devidamente apurado na sentença o proveito econômico obtido.

Ocorre que, no caso concreto o autor, na exordial, delimitou, claramente, o proveito econômico obtido nos autos ao atribuir valor à causa, considerando o montante em liça.

Com efeito, o proveito econômico está delimitado no valor atribuída à causa, como se vê da inicial. Pode-se afirmar, portanto, que a sentença proferida nos autos foi claramente LÍQUIDA, haja vista que resolveu/delimitou o proveito econômico obtido nos autos, razão por que aplicável, ao caso concreto, em verdade, o art.85, §3º, inciso II do NCPC, uma vez que o proveito econômico obtido foi acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-minimos.

Conclui-se, pois, que o acórdão embargado incidiu em evidente omissão/obscuridade ao entender pela iliquidez da sentença, em contrariedade à clarividência dos acontecimentos processuais narrados acima, quando deveria, sim, em virtude da notória liquidez da sentença, fixar, desde já, nos termos do art. 85, §3 II, do NCPC, o Valor da condenação dos embargados em honorários de sucumbência, observando-se os percentuais ali definidos sobre o valor do proveito econômico obtido, no caso, sobre o valor da causa.

(...)

Portanto, são perfeitamente viáveis os presentes embargos, com fulcro

no artigo 1022, incisos I e II, do CPC, evidenciando-se que a omissão/obscuridade verificada merece correção, de forma que se preste a mais completa jurisdição" (fls. 209/211e).

Os Embargos foram rejeitados, com base em fundamentos genéricos.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Assiste razão à parte recorrente, no que diz respeito à alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o qual dispõe que cabem Embargos de Declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar os Embargos de Declaração, deixou de se pronunciar sobre questão relevante apontada, tempestivamente, pela recorrente, qual seja, a correta aplicação dos dispositivos no caso de honorários fixados, quando líquida a sentença.

Assim, a Corte de origem incorreu em omissão no julgamento dos Embargos de Declaração, pois deixou de se pronunciar sobre o ponto ali alegado.

Sendo assim, relevante para o deslinde da controvérsia que a Corte **a quo** faça o pronunciamento sobre a matéria.

Dessarte, resta configurada a violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao Recurso Especial, para anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, com a análise das alegações da recorrente.

I.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora